

Financiamento da Educação do Campo no Brasil: um panorama inicial com base em uma revisão de literatura

Ehrick Eduardo Martins Melzer^I

Jullyane Frazão Santana^{II}

^IUniversidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba/PR – Brasil

^{II}Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto/SP – Brasil

Resumo

O artigo apresenta um panorama da produção do conhecimento sobre Financiamento da Educação do Campo no Brasil. Para tanto, realizou-se o levantamento de Teses, Dissertações e Artigos Científicos que buscaram empreender aproximações entre a temática do Financiamento e da Educação do Campo. A pesquisa foi realizada nos *sites* das seguintes bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, indexadores *Scielo*, Periódicos Capes, *ERIC* e *Google Scholar*. A organização das informações tomou como base a abordagem da sociogênese do conhecimento organizada por Ludwik Fleck e a técnica de Análise de Redes Sociais. Os dados indicam que ainda não há um Coletivo de Pensamento organizado, uma vez que há uma quantidade de estudos pouco expressiva. No entanto, tais estudos já podem ser considerados como centrais para a constituição de um futuro Coletivo de Pensamento, havendo a necessidade de ampliação de pesquisas em torno do tema em questão, objetivando a qualificação das discussões e o avanço na garantia do direito à Educação do Campo no Brasil.

Palavras-chave: **Educação do Campo. Produção do Conhecimento. Financiamento da Educação.**

Rural Education Funding in Brazil: an initial overview based on a literature review

Abstract

This paper presents an overview of knowledge production on Rural Education Funding in Brazil. To this end, a survey of Theses, Dissertations, and Scientific Articles was conducted, focusing on the relationship between Funding and Rural Education. The research was carried out on the following databases: Capes Theses and Dissertations Catalog, Scielo, Capes Journals, ERIC, and Google Scholar. The organization of information was based on Ludwik Fleck's sociogenesis of knowledge approach and Social Network Analysis techniques. The data indicate that there is not yet an organized Thought Collective, as the number of studies is still limited. However, these studies can already be considered central to the formation of a future Thought Collective, highlighting the need to expand research on the subject in order to qualify discussions and advance the guarantee of the right to Rural Education in Brazil.

Keywords: **Rural Education. Knowledge Production. Education Funding.**

Financiamiento de la Educación del Campo en Brasil: un panorama inicial basado en una revisión de literatura

El artículo presenta un panorama de la producción de conocimiento sobre el Financiamiento de la Educación del Campo en Brasil. Para ello, se realizó un levantamiento de Tesis,

Disertaciones y Artículos Científicos que buscaron establecer aproximaciones entre la temática del Financiamiento y la Educación del Campo. La investigación se llevó a cabo en las siguientes bases de datos: Catálogo de Tesis y Disertaciones de Capes, Scielo, Periódicos Capes, ERIC y Google Scholar. La organización de la información se basó en el enfoque de la sociogénesis del conocimiento de Ludwik Fleck y en la técnica de Análisis de Redes Sociales. Los datos indican que aún no existe un Colectivo de Pensamiento organizado, ya que la cantidad de estudios es poco significativa. Sin embargo, estos estudios ya pueden considerarse centrales para la constitución de un futuro Colectivo de Pensamiento, siendo necesaria la ampliación de investigaciones en torno al tema, con el objetivo de calificar las discusiones y avanzar en la garantía del derecho a la Educación del Campo en Brasil.

Palabras clave: **Educación del Campo. Producción del Conocimiento. Financiamiento de la Educación.**

Introdução

A Educação do Campo, no contexto brasileiro, tem sido um tema crescente nas discussões sobre educação pública. Vale ressaltar que o debate dessa temática é relativamente recente, pois os movimentos por uma educação do campo iniciaram-se nos anos 1990 e as regulamentações e legislações datam dos anos 2000. O Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) tem provocado o debate sobre o financiamento, organizando um Grupo de Trabalho (GT) sobre a temática que culminou com um painel apresentado na Conferência Nacional de Educação (CONAE). Nessa perspectiva, o presente artigo apresenta um panorama da produção científica sobre o financiamento da Educação do Campo no Brasil, a partir de um levantamento de Teses, Dissertações e Artigos Científicos que abordam a relação entre essas duas temáticas.

Para a realização desta pesquisa foram consultadas diversas bases de dados, como o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Scielo, Periódicos Capes, ERIC e Google Scholar, com o objetivo de mapear as produções mais relevantes sobre o tema. A análise das informações foi estruturada com base na teoria do Coletivo de Pensamento de Ludwik Fleck e na técnica de Análise de Redes Sociais. Essa abordagem permitiu entender, em primeiro lugar, se há um Coletivo de Pensamento que estuda e aprofunda o conhecimento sobre o financiamento da Educação do Campo no Brasil, compreendendo a importância e centralidade nas produções acadêmicas, avaliando as contribuições mais significativas para a área e, principalmente, apontando caminhos para a produção de conhecimento. Nessa perspectiva, incluímos um olhar para produções internacionais como forma de desenvolver um duplo movimento: inicialmente, verificar se há alguma produção sobre a realidade brasileira publicada em revistas internacionais e, em segundo lugar, perceber como outras nações estudaram a questão. Neste trabalho, o foco não está em fazer um estudo comparado.

Educação do Campo: luta coletiva, direitos e reconhecimento dos sujeitos residentes no campo brasileiro

A Educação do Campo configura-se como um movimento de luta por direitos e reconhecimento dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, nas águas e nas florestas. Trata-se de uma crítica prática à histórica marginalização da educação destinada a essas populações. Como aponta Adelaide Coutinho (2009), embora a negligência do Estado

brasileiro em relação à educação tenha atingido o território nacional como um todo, no meio rural essa situação foi ainda mais grave. Segundo a autora, “ao homem e à mulher do campo, o direito à educação jamais foi traduzido por grandes preocupações, a não ser como mecanismo de contenção no momento em que foi preciso controlar o êxodo rural e aumentar a produtividade do campo” (Coutinho, 2009, p. 46). Essa questão é importante, pois remete aos aspectos referentes ao conteúdo e a forma dessa política, que, no caso da educação rural, eram ditados por pessoas estranhas àquela realidade, passando ao largo das reais necessidades da população camponesa.

Segundo Marlene Ribeiro (2014, p. 328), com base na história da Educação Rural, é possível identificar dois movimentos orientadores desta prática.

Um, no sentido de definir os componentes curriculares, tomando a educação urbana como universal, portanto abstrata ou idealizada. O outro, no sentido de impor um modelo produtivo aplicado à agricultura, ancorado em técnicas, instrumentos e produtos importados dos Estados Unidos da América (EUA), capazes, também, de gerar uma linguagem e uma cultura adequadas à subordinação e dependência daquele modelo (Ribeiro, 2014, p. 328).

Essas vertentes têm em comum o fato de negligenciar os saberes e as práticas dos residentes em espaços rurais, colocando-os em uma condição subalternizada de quem precisava ser educado e guiado para se enquadrar nos signos da modernidade. Nas palavras de Maria Antônia de Souza (2009, p. 48), “a Educação Rural está assentada numa perspectiva que concebe o campo como o lugar do atraso, e os trabalhadores, como pessoas que precisam de orientação e de escola que transmita conteúdos com caráter urbano”. A autora ainda acrescenta que, “muitas iniciativas governamentais em educação rural foram higienistas, tecnicistas e voltadas ao desenvolvimento da produção capitalista” (Souza, 2009, p. 48), influenciando na “desestruturação dos modos de vida e de trabalho das populações rurais, abrindo caminho para a expropriação da terra e a apropriação do produto do trabalho dos agricultores familiares e/ou assalariados” (Ribeiro, 2014, p. 334). A adoção desse modelo educacional, alinhado aos interesses do capital, não apenas foi excludente, mas também se deu de forma morosa e descontínua, contribuindo para a evasão escolar e para a perpetuação das desigualdades. O afastamento entre os conteúdos escolares e a realidade camponesa levou à ausência de significado e identidade na formação oferecida pelo Estado e por organismos internacionais.

Esse processo de negação do direito à educação para as populações residentes em áreas rurais, que se desdobrava tanto pela limitação em termos de cobertura quanto pelas questões relacionadas à ausência de sentidos e significados da mesma, contribuíram, de forma contraditória, para fomentar a construção de uma série de experiências e reflexões que foram sendo forjadas no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “o MST, um dos sujeitos que vêm pondo o campo em movimento, através da sua luta incansável para que se realize a Reforma Agrária no Brasil” (Caldart, 2003, p. 61). Em conformidade com a autora, a relação do MST com a escola começou a ser construída na década de 1980, a partir de uma luta prática que emergia do próprio movimento de luta pela terra, tendo em vista que “à medida que o tempo de espera se transformava em anos, os pais começam a preocupar-se com a educação dos filhos que os acompanham na caminhada” (Ribeiro, 2013, p. 63). Inicialmente, os envolvidos com esta luta não dimensionaram a complexidade do movimento por eles iniciado, “os sem-terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas

mais uma de suas lutas por direitos sociais; direitos que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador sem (a) terra” (Caldart, 2003, p. 63). Todavia, conforme os mesmos iam avançando no desenvolvimento de suas práticas e reflexões teóricas, “em diálogo com o movimento pedagógico da Educação popular, e aprendendo também com as diversas experiências de escolas alternativas do campo e da cidade” (Caldart, 2003, p. 64), foram avançando em suas construções em torno de uma outra concepção tanto de escola quanto de educação, redimensionando o lugar dessas instâncias no próprio processo de luta para superação do atual estado de coisas e constituição de uma nova ordem societária.

Nesse sentido, Caldart *et al.* (2012) apontam que a Educação do Campo não pode ser reduzida a uma simples adaptação da educação urbana às zonas rurais, mas sim como uma construção coletiva, baseada nos interesses e necessidades das comunidades camponesas. Dessa forma, a proposta se sustenta na articulação entre trabalho, cultura, território e identidade, em contraposição ao modelo tradicional de Educação Rural, que historicamente serviu como instrumento de subordinação ao capital e de negação dos modos de vida do campo.

Os acúmulos do MST foram fundamentais para tensionar uma discussão mais ampla acerca da educação das populações rurais, incidindo na própria forma de construir políticas públicas de educação voltadas para o atendimento desta população. Foi no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado pelo MST no ano de 1997, em Luziânia/GO, que tiveram início as primeiras discussões para formulação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), institucionalizado pelo então Ministério Extraordinário de Política Fundiária, por meio da Portaria nº 10 de 1998. Segundo Ramofly Santos e Marizete da Silva (2016), no contexto do I ENERA, reconheceu-se a necessidade de ampliar as oportunidades de escolarização das populações rurais, ao passo que foram identificadas uma quantidade significativa de experiências educacionais realizadas por várias organizações sociais e universidades, que não se desdobravam de forma articulada entre si.

Esse aspecto é importante de ser ressaltado, pois compreende-se que “a história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas” (Camacho, 2015, p. 120), sendo que o Pronea pode ser entendido “como uma espécie de indutor da própria reflexão e de muitas ações da Educação do Campo” (Camacho, 2015, p. 120). A aprovação desse Programa, em um contexto de intensas mobilizações sociais, representou um marco na história da educação brasileira, pois este apresentava, enquanto contraponto e crítica prática a uma série de programas e políticas que haviam sido ofertados anteriormente pela via do Estado, sob a égide da Educação Rural, cuja centralidade estava no processo de subordinação da população camponesa aos ditames do capital. Ao articular-se com movimentos sociais, instituições de ensino superior e organizações comunitárias, o programa permitiu a construção de currículos e práticas pedagógicas que valorizam os saberes tradicionais e promovem o protagonismo dos sujeitos do campo, fomentando um projeto educativo que se insere na luta por justiça social e transformação estrutural das condições de vida dessa população.

Essa forma de construir política, diferencia-se sobremaneira das experiências vivenciadas no contexto de implementação da Educação Rural, tendo em vista que as

populações rurais não eram vistas com um sujeito ativo neste processo. Em conformidade com Ribeiro (2014, p. 330),

Em nenhum momento estas populações foram consultadas sobre o que necessitavam, nem, posteriormente, os mesmos receberam informações sobre a origem dos programas dos quais eram objeto, nem, por fim, foram chamadas a participar das decisões sobre a aplicação e avaliação desses programas.

A busca pela superação dessa lógica impositiva impulsionou um amplo processo de consolidação da Educação do Campo enquanto direito, conquistado por meio da mobilização social. Ao romper com a concepção tradicional que tratava os camponeses como meros beneficiários passivos, abriu-se espaço para a construção de políticas educacionais que reconhecem suas especificidades culturais, produtivas e sociais. É importante salientar que essa mudança não se limitou à criação de um programa, mas acentuou novos avanços na luta por uma educação voltada ao campo, reafirmando a necessidade de políticas estruturantes que garantam a permanência e a continuidade da formação escolar e acadêmica dessa população.

No processo de ampliação de direitos e consolidação da Educação do Campo como uma pauta legítima nas políticas públicas brasileiras, os movimentos sociais e sindicais desempenharam um papel fundamental na conquista de marcos legais que asseguram o direito à educação aos sujeitos do campo. Como destaca Molina (2012), essas conquistas fortalecem as lutas pela democratização da educação e impulsionam disputas políticas dentro das instâncias governamentais, garantindo que a universalização desse direito não ignore as especificidades culturais, sociais e econômicas das populações do campo. Entre os marcos legais que fortaleceram a Educação do Campo como um direito conquistado, destacam-se normativas, decretos e programas que assegurem a oferta educacional voltada às populações rurais, reconhecendo suas particularidades e promovendo políticas específicas para esse contexto.

Um dos primeiros avanços nesse sentido foi a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Esse documento reconheceu a necessidade de currículos diferenciados, respeitando os saberes e as práticas das comunidades rurais, e orientou a criação de políticas públicas voltadas a essa modalidade educacional. Posteriormente, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, consolidou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, reforçando a importância da valorização da identidade camponesa no processo educativo.

Em 2006, o Parecer nº 1, expedido pela Comissão de Ensino e Benefícios (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), representou um passo importante ao reconhecer oficialmente os dias letivos da alternância nas escolas do campo. Esse parecer validou a metodologia de ensino em que os alunos alternam períodos de aulas presenciais e atividades no campo, garantindo o cumprimento da carga horária mínima exigida pela legislação, enquanto respeitava as particularidades das comunidades rurais. Ao legitimar a alternância como uma prática pedagógica, o parecer possibilitou que as escolas do campo estruturassem seus calendários escolares de acordo com essa modalidade, sem prejuízo das exigências legais.

A institucionalização da Política Nacional de Educação do Campo, por meio do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, representou outro avanço significativo. Esse decreto reafirmou o direito das populações rurais a uma educação contextualizada, promovendo

ações para a formação de professores, a produção de materiais didáticos específicos e a adequação da infraestrutura escolar no campo. Dentro desse esforço, foi lançado em 2012 o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que buscou ampliar o acesso e a qualidade da educação para comunidades rurais, estruturando ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e infraestrutura das escolas do campo.

Além das diretrizes já estabelecidas, um marco significativo para a educação do campo foi a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996). Essa alteração teve um impacto direto na gestão das escolas rurais, introduzindo uma importante medida de proteção ao direito das comunidades do campo à educação. A principal inovação trazida por essa legislação foi a exigência de que o fechamento de escolas no campo somente pudesse ocorrer após consulta prévia às comunidades locais.

Não obstante, apesar da importância desses avanços no campo jurídico, como problematizado por Molina (2012), chama-se a atenção para a necessidade de maiores aprofundamentos acerca da discussão sobre as condições reais para a efetividade da Educação do Campo, especialmente no que se refere ao financiamento e à infraestrutura das escolas localizadas no meio rural. A implementação das políticas públicas, voltadas para essa modalidade educacional, embora fundamental, esbarra em limitações estruturais que comprometem a qualidade da Educação do Campo. Embora marcos legais como o Parecer nº 1/2006 e a Lei nº 12.960 tenham avançado ao garantir a alternância de dias letivos e garantir a manutenção das escolas do campo, a realidade nas comunidades camponesas revela desafios persistentes.

A questão do financiamento é central nesse processo, pois, como salientado por Santos (2024), o modelo atual, pautado na lógica instituída pela política de fundos contábeis para a educação, juntamente com as fragilidades do pacto federativo brasileiro, tem apresentado limitações quanto a garantia da manutenção e ampliação da oferta em áreas consideradas rurais.

No que concerne às contradições entre os direitos instituídos por lei e a sua real efetivação, Molina (2012, p. 454) chama a atenção para o fato de que “somente a luta coletiva do campesinato e de seus aliados tem condições de fazer valer os direitos positivados”. A ação coletiva do campesinato é o motor necessário para transformar as conquistas legais em realidade concreta, enfrentando as barreiras estruturais que ainda limitam a educação nas zonas rurais.

A luta vai além de uma simples reivindicação, configurando-se como um processo contínuo de mobilização e resistência, essencial para a efetivação da política de Educação do Campo, tal como previsto em seus marcos regulatórios. É por meio dessa organização coletiva que se torna possível garantir a implementação das diretrizes estabelecidas, assegurando que a Educação no Campo se materialize como um direito real e acessível às comunidades residentes no campo brasileiro.

O Conceito de Campo e Coletivo de Pensamento e o Financiamento da Educação do Campo

Ludwik Fleck (2010), médico formado pela escola filosófica de medicina polonesa, escreveu uma obra analisando a história da Medicina, mais especificamente o caso da sífilis, para construir um modelo de análise e interpretação do funcionamento social da ciência que ficou conhecido como a Sociogênese do Conhecimento.

Nessa proposta, o autor elege algumas categorias para compreensão dos processos de construção das Ciências, das teorias, das relações sociais e comunicativas entre pesquisadores. Essa construção foi organizada teoricamente a partir das seguintes categorias: Coletivo de Pensamento, Estilo de Pensamento, Comunicação InterColetiva e IntraColetiva de Ideias e Protoideias.

O Coletivo de Pensamento é compreendido como a organização social dos pesquisadores dentro de uma área de pesquisa. É uma estrutura social, estratificada por níveis de proficiência no ofício da pesquisa e dotada de dinâmicas comunicativas.

Para este artigo, vamos utilizar a noção de Coletivo de Pensamento de L. Fleck (2010), compreendendo como o espaço no qual pesquisadores publicam artigos, teses, dissertações e trabalhos para eventos sobre Financiamento da Educação do Campo. De acordo com essa compreensão sociológica, para um grupo de pesquisadores organizarem-se em um Coletivo de Pensamento, há a necessidade de que haja uma linha teórica comum (Estilo de Pensamento) nas perspectivas de estudos e que se tenha inter-relação de produção de conhecimento.

No tocante ao Financiamento da Educação do Campo como Coletivo de Pensamento de produção de conhecimento (Estilos de Pensamento), Melzer (2024) compreende que este deve ser marcado por uma identidade própria.

Sendo assim, cabe-nos formular a seguinte questão orientadora de nossa análise: há um Coletivo de Pensamento estruturado que pensa, debruça-se e organiza uma forma de analisar e pensar (Estilo de Pensamento) sobre o financiamento da Educação do Campo no Brasil?

Metodologia

A presente pesquisa pode ser enquadrada como um levantamento bibliográfico de trabalhos para compreender se há um Coletivo de Pensamento do Financiamento da Educação do Campo e, em caso afirmativo, como esse grupo vem se estruturando na publicação de trabalhos científicos, sejam eles Tese, Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso, Artigos, Capítulos de Livro e trabalho em eventos científicos.

Neste artigo, tomamos os seguintes bancos de dados para fazer o levantamento dos trabalhos sobre Financiamento da Educação do Campo: a) O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CTD-CAPES); b) Google Scholar; c) Periódicos Capes; d) Educational Resources Information Center (ERIC); e) *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O levantamento nos bancos de dados foi organizado usando os descritores “Financiamento”: AND “Educação do Campo”; AND “Educação Quilombola”; AND “Educação Indígena”; AND “Educação Rural”; AND “Educação na Reforma Agrária”. Para o banco de dados do *Eric*, utilizamos o descritor “Rural

Education” no lugar do descritor “Educação do Campo” uma vez que fora do Brasil não há o conceito de Educação do Campo e sua oposição ao de Educação Rural. Na seleção das produções, fizemos a leitura dos resumos para identificar se os escritos versavam sobre a Educação do Campo e se tinham relação com o foco de estudos do financiamento da educação. Os trabalhos que não se enquadraram nesses critérios foram excluídos da amostra de análise.

A partir desses dados, organizamos a relação dos produtores de conhecimento de forma a constituir duas matrizes: a) Orientações com peso dois (2) e b) produções com peso um (1). Esses dados foram organizados de acordo com o conceito de estudos em redes sociais, baseado na literatura da área e principalmente nos pressupostos teóricos de Lemieux e Ouimet (2012).

Nessa perspectiva de análise, as relações são constituídas em matrizes de relações com agentes nas linhas e colunas. O cruzamento dos dados gerou as inter-relações que podem ser do tipo (a) ou do tipo (b); para diferenciar essas relações, foram dados pesos diferenciados, que são reforçados na construção do grafo de relações.

Todos os dados foram analisados usando o *software* Gephi¹, que é de código aberto e permite fazer a construção de grafos a partir de tabelas de relações matriciais.

Desta forma, na apresentação dos dados deste levantamento, na seção a seguir, buscamos debater a ocorrência de estudos a partir das palavras-chave elegidas, a localização institucional destes estudos, a perspectiva de debate sobre financiamento enunciada por Melzer (2024), a análise de relações de produção e a distribuição geográfica destas produções e conseqüentemente as temáticas que discutem para termos uma visão completa do campo, ou como Fleck (2012) coloca como Coletivo de Pensamento.

O campo de produção de conhecimento sobre o Financiamento da Educação do Campo

No levantamento de trabalhos que discutem direta ou indiretamente o financiamento da Educação do Campo, encontramos alguns que também fazem levantamentos bibliográficos com temáticas variadas. O Quadro 1 nos dá um panorama dessas produções:

¹ Disponível em: <https://gephi.org>. Acesso em: 11 jan. 2025.

Quadro 1 – Trabalhos que fazem levantamentos bibliográficos sobre Educação do Campo em diversas temáticas

Autor	Título do Trabalho	Tipo de Produção (Periódico ou Instituição)	O que se discute sobre financiamento da Educação do Campo?
Cordeiro e Pinho (2021)	Educação do Campo e Políticas Públicas brasileiras: uma breve revisão bibliográfica	Artigo (Brazilian Journal of Development)	No levantamento apresenta-se o artigo de Machado e Vendramini (2012) que apresenta um debate sobre o Fundeb.
Melzer (2020)	O movimento da política educacional PROCAMPO: uma análise das licenciaturas em educação do campo na região sul do Brasil	Tese (Universidade Federal do Paraná-UFPR)	Apresenta o trabalho de Prates (2014) que faz uma análise das ações do Governo Dilma Rousseff na perspectiva do financiamento.
Miranda (2023)	Mapeamento das produções sobre a educação do campo no contexto das políticas educacionais entre os anos de 2019 e 2022: dilemas e desafios	TCC (Universidade Federal de Uberlândia-UFU)	No levantamento produzido sobre artigos aparece o artigo escrito por Clarice Aparecida Santos (2020) que apresenta um debate sobre o Fundeb no governo Bolsonaro.
Gonçalves e Hayashi (2016)	Educação do Campo: contribuições para o estado da arte da produção científica (2007-2015)	Artigo (Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade)	No levantamento produzido destaca-se o artigo de Ribeiro (2013) sobre o Programa Escola Ativa que faz um debate sobre a retirada do Estado como financiador desta política.
Molina, Rocha e Martins (2019)	A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo	Artigo (Revista Brasileira de Educação)	Não apresentou no levantamento trabalhos ou temáticas discutidas relativas ao financiamento.
Sousa, Ostermann e Rezende (2020)	Educação do Campo na voz da pesquisa em Educação em Ciências	Artigo (Revista Ensaio)	Não apresentou no levantamento trabalhos ou temáticas discutidas relativas ao financiamento.

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A partir do Quadro 1, o que podemos depreender é que pelos estudos há poucos trabalhos que discutem o Financiamento da Educação do Campo a partir de Políticas Educacionais voltadas para a Educação do Campo. O que se percebe é que alguns trabalhos debatem indiretamente o financiamento como um elemento dentro de uma outra temática mais abrangente. A partir dos descritores elencados, procedemos ao levantamento nos diversos bancos de dados, chegando aos resultados apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 – Quantidade de trabalhos encontrados por base de dados

	CTD CAPES	PERIÓDICOS CAPES	SCHOLAR GOOGLE	REVISTA FINEDUCA	SciELO	ERIC
PRODUÇÕES	7	3	14	2	0	19

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A partir do Quadro 2, o que podemos compreender é que temos poucos trabalhos produzidos na temática do Financiamento da Educação no Brasil, sendo sete (7) Teses e Dissertações e dezenove (19) artigos e trabalhos em eventos. Na busca no banco de dados do SciELO, não encontramos nenhum trabalho referente à temática, pois a busca com os descritores selecionados não retornou nenhum resultado. Na busca no ERIC, também não encontramos nenhum trabalho sobre Educação do Campo ou Educação Rural no contexto brasileiro. Porém, o que chamou a atenção foi o levantamento de trabalhos no ERIC: foram encontrados dezenove (19) trabalhos sobre a temática do Financiamento da Educação Rural nos Estados Unidos da América (EUA), África do Sul e China.

Sendo assim, optamos por analisar esses trabalhos, para compreender como os debates das escolas rurais nos EUA, África do Sul e China vêm se desenvolvendo e como esses estudos, numa perspectiva de estudos comparados, podem desvelar caminhos e perspectivas de pesquisa e estudos para a realidade brasileira.

No levantamento do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTD CAPES), foram encontrados sete (7) trabalhos, dos quais todos são oriundos de Mestrado, nas seguintes áreas: cinco dissertações na área de Educação, uma dissertação na área de Educação e Cultura e uma na área de Educação Agrícola. No que toca às temáticas dos estudos, temos: dois estudos mais gerais sobre o financiamento no Estado do Pará (Gama, 2008; Bentes, 2015), um trabalho com uma análise sobre o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) (Prates, 2014), uma dissertação acerca de indicadores de qualidade na escola do campo (Aragão, 2024), um trabalho sobre uma análise financeira de uma experiência de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) (Santos, 2019), uma produção sobre o Custo-Aluno-Qualidade (CAQ) numa escola em Assentamento da Reforma Agrária (Menin da Silva, 2013) e uma dissertação sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo (PDDE CAMPO) (Pereira, 2023).

Nas plataformas do *Scholar Google*, periódicos da Capes e site da revista *Fineduca*, foram identificados 19 trabalhos que abordam o financiamento da educação com ênfase na oferta escolar em territórios rurais, considerando os desafios enfrentados pela Educação do Campo. Após a exclusão de artigos repetidos, chegou-se a um total de 16 trabalhos que compõem o corpus de análise deste tópico.

A pesquisa sobre o financiamento da Educação do Campo no Brasil revela um cenário complexo, marcado por desafios estruturais, avanços limitados e a necessidade de políticas públicas mais robustas para garantir o direito à educação em áreas rurais. Os estudos analisados exploram diferentes dimensões desse financiamento, abordando desde a evolução histórica das políticas educacionais até os impactos do desmonte das políticas sociais, a precarização das condições de ensino e os desafios específicos enfrentados pelas escolas do campo.

Historicamente, a educação escolar ofertada em áreas rurais no Brasil tem sido caracterizada por desigualdades e descontinuidades de políticas. Trabalhos, como os de Chiarelli e Bezerra Neto (2012) e Rocha e Mesquita (2020), discutem a evolução das políticas educacionais desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) até a criação de fundos redistributivos como o Fundef e o Fundeb. Embora esses mecanismos tenham representado avanços significativos, as pesquisas apontam que persistem lacunas na efetivação de um financiamento adequado para as escolas do campo, resultando em dificuldades na infraestrutura, no acesso e na qualidade da educação ofertada nesses.

Além das limitações estruturais, os impactos do desmonte das políticas sociais e educacionais são evidentes. Estudos como os de Vieira e Santos (2024) e Prates, Gama e Paraíso (2017) demonstram como cortes orçamentários e mudanças nas diretrizes de financiamento afetam diretamente a sustentabilidade das escolas localizadas em áreas rurais. Um exemplo disso é o estudo de Silva, Rodrigues e Silva (2022), que analisa o esvaziamento de recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) durante o governo Bolsonaro (2019-2022), comprometendo a oferta de educação para jovens e adultos em áreas de assentamento.

Outro desafio significativo diz respeito ao transporte escolar, um dos principais gargalos da educação ofertada em áreas rurais. O trabalho de Lord (2008) analisa as dificuldades enfrentadas por estudantes do campo devido à falta de infraestrutura e investimentos adequados no transporte, o que compromete a frequência escolar e aumenta a evasão. Essas dificuldades também refletem a precariedade do financiamento da Educação Infantil no campo, conforme discutido por Pacífico *et al.* (2023). Os autores deste último estudo questionam se o financiamento da educação infantil rural é tratado como um investimento ou uma despesa, evidenciando como a escassez de recursos impacta a qualidade da educação oferecida às crianças em áreas rurais.

A valorização dos profissionais da educação também se mostra um fator determinante para a qualidade do ensino no campo. O estudo de Silva e Pinto (2020) analisa a remuneração e as condições de trabalho dos professores em escolas localizadas em assentamentos de reforma agrária, utilizando o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) como parâmetro para avaliar as necessidades financeiras dessas instituições. Os resultados indicam que, sem um financiamento adequado para garantir salários dignos e condições de trabalho adequadas, a rotatividade docente se mantém elevada, dificultando a construção de um ensino de qualidade.

Além das dificuldades já citadas, os impactos das políticas neoliberais e da privatização da educação têm gerado novas ameaças ao financiamento público da Educação do Campo. O estudo de Ribeiro *et al.* (2018) analisa como reformas recentes ampliam desigualdades, favorecendo a lógica de mercado e reduzindo o papel do Estado na garantia da educação pública rural. O trabalho de Melzer (2024) reforça essa preocupação ao questionar se o financiamento da Educação do Campo realmente existe de maneira efetiva, argumentando que os recursos são frequentemente insuficientes e distribuídos de forma desigual.

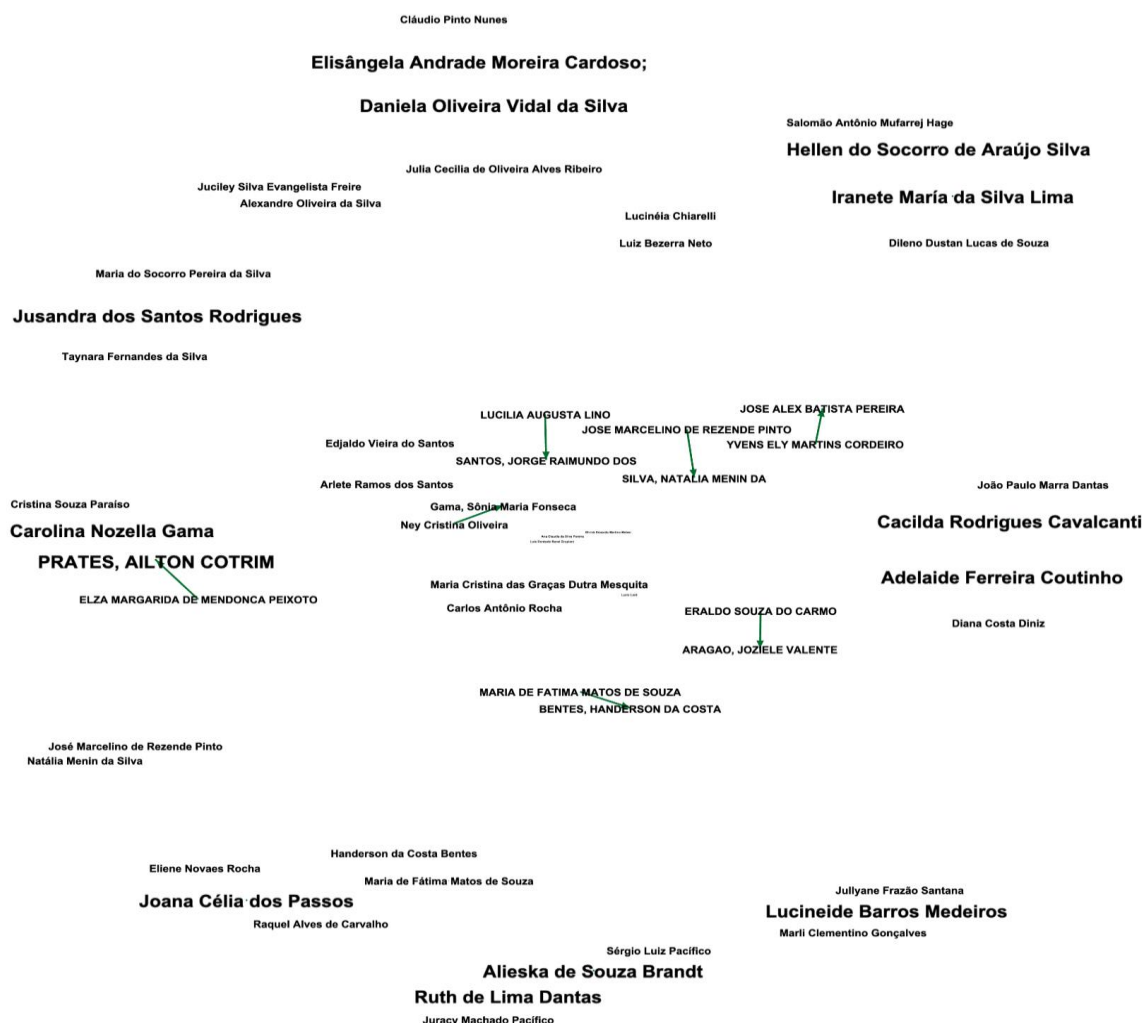
O Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, é analisado em diversos estudos. Cavalcanti, Coutinho e Diniz (2011) e Santana, Medeiros e Gonçalves (2020) avaliam a aplicação dos recursos desse fundo em diferentes estados e municípios, apontando que, apesar de sua importância, ele ainda não supre todas as demandas das escolas do campo. A falta de investimentos contínuos e específicos para a educação rural compromete a garantia de um ensino público de qualidade para populações que já enfrentam dificuldades históricas de acesso à educação.

Diante desse cenário, os estudos analisados evidenciam que o financiamento da Educação do Campo ainda enfrenta desafios estruturais, burocráticos e políticos que comprometem a efetivação do direito em espaços rurais. A precarização do ensino no campo reflete uma distribuição desigual dos recursos educacionais, agravada por políticas de desmonte e cortes orçamentários. Embora mecanismos como o Fundeb tenham apresentado avanços, a realidade mostra que a Educação do Campo ainda não recebe a devida prioridade por parte do Estado.

Para garantir uma educação de qualidade para as populações do campo, é essencial fortalecer políticas públicas que assegurem um financiamento mais justo, contínuo e adaptado às necessidades específicas do campo. Somente com uma abordagem integrada e investimentos consistentes será possível superar os desafios existentes e assegurar o direito à educação para todos.

A partir dos trabalhos levantados, em nível nacional, organizamos o grafo de relações entre os pesquisadores para compreender a dinâmica social do Coletivo de Pensamento (Fleck, 2010) sobre os produtores de conhecimento acerca do Financiamento da Educação do Campo. A Figura 1 nos dá uma leitura da estrutura deste grupo:

Figura 1 – Grafo do Coletivo de Pensamento sobre Financiamento da Educação do Campo



Fonte: Elaboração dos autores (2025) com dados tratados pelo Gephi.

A partir das produções e das informações, expostas na Figura 1, podemos compreender que não temos produtores de conhecimento que se destaquem, todos estão no mesmo grau de importância e centralidade no grupo. Ou seja, as produções voltadas ao financiamento da Educação do Campo ainda estão em um estágio investigativo inicial. As análises desenvolvidas ainda carecem de acúmulo empírico e aprofundamento teórico. Algumas pesquisas ainda tratam da análise de dados de forma superficial, enquanto outras são estudos sobre as dimensões materiais e financeiras da escola do campo dentro de um panorama introdutório do estudo. Quando analisamos o grafo produzido, Figura 1, percebemos que não há relações entre os produtores de conhecimento.

A partir da questão enunciada, podemos compreender que, no que toca ao Financiamento da Educação do Campo, ainda não há um Coletivo de Pensamento

estruturado, por conta de dois motivos: o primeiro reside no fato de que a maioria dos estudos sobre as diversas temáticas do financiamento ainda são de caráter exploratório.

Os estudos majoritariamente são produzidos por orientadores e pesquisadores consagrados no debate sobre Financiamento da Educação, produções que são frutos de pesquisa de mestrado e doutorado em um estágio investigativo inicial de abertura de um campo de estudos. Em segundo lugar, a partir dos dados examinados, compreendemos que não há interligações produtivas entre os atores do Coletivo de Pensamento. Outro ponto que se destacou no grafo é relativo à ausência de articulação de estudos correlacionados e na ausência de um autor seminal desta temática que figura como referência nas diferentes produções.

No levantamento de trabalhos, a nível internacional, no Banco de dados da plataforma Eric, foram encontrados dezenove (19) trabalhos que trouxeram debates sobre o Financiamento da Educação Rural. O Quadro 3 dá um panorama dessa produção:

Quadro 3 – Trabalhos selecionado no Banco de Dados ERIC

Autor	Título	Ano
Litao Zhao	Between local community and central state: Financing basic education in China	2009
Shuqin Xu; Wing-Wah Law	Rural Education and Urbanization: Experiences and Struggles in China Since the Late 1970s	2015
Yinmei Wan; Heather Norbury; Ayrin C. Molefe; R. Dean Gerdeman; Coby V. Meyers; Matthew Burke	Differences in spending in school districts across geographic locales in Minnesota	2012
Kate Sandel; Soumya Bhat	Financing and Sustaining Out-of-School financing and Sustaining Out-of-School Time Programs in Rural Communities	2008
Gordon, Adele; Wang, Qiang	Education in Rural Areas of China and South Africa: Comparative Perspectives on Policy and Educational Management. Comparative Perspectives: Education in China & South Africa.	2000
Mid-Continent Regional Educational Lab.,	A School at the Center: Study II.	1993
Mathis, William J.	How To Analyze Your State's Education Funding System. A Workbook from the Rural School and Community Trust Policy Program.	2001
Rural Development Service (USDA),	Revitalizing Rural Education. Community Facilities Programs & Organizations Concerned about Rural Education.	2000
Nachtigal, Paul; Parker, Sylvia D.	Clustering: Working Together for Better Schools.	1990
Verstegen, Deborah	Funding Rural, Small Schools: Strategies at the Statehouse.	1991
White, Connie; Merrifield, Juliet	A Foot in the Door: Rural Communities Involved in Educational Change.	1990
Lows, Raymond L.	Financing Rural Education in the North Central Region: A Pilot Study in Illinois.	1989
Nachtigal, Paul; Haas, Toni	Restructuring Rural Schools. Finance Collaborative Working Paper #3.	1988

David S. Honeyman; David C. Thompson; R. Craig Wood	FINANCING RURAL AND SMALL SCHOOLS: ISSUES OF ADEQUACY AND EQUITY	1989
David C. Thompson; G. Kent Stewart; David S. Honeyman	Achievement of Equity in Capital Outlay Financing: A Policy Analysis for the States.	1989
Sher, Jonathan P.	Class Dismissed: Examining Nebraska's Rural Education Debate.	1988
National Education Association,	Rural Education -- A Forward Look.	1955
Thomas, J. Alan	Financing Rural Education.	1974
Ding Xuedong	The Development of Compulsory Education Finance in Rural China	2008

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de ERIC.

O que podemos compreender dos dados apresentados no Quadro 3 é que, no âmbito internacional, há duas tendências de trabalhos sobre Financiamento da Educação Rural. Uma primeira tendência de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos da América (EUA), concentrando-se nos anos 1980 e 1990, com pesquisas baseadas sobre a comparação do Custo-Aluno-Ano de escolas rurais e urbanas, problematizando o alto custo das escolas localizadas na zona rural e em pequenas comunidades. O que esses trabalhos colocam como solução para a questão do elevado custo das escolas rurais é o corte de verbas, diminuição do número de professores e de horas no currículo e uma estratégia que foi denominada de *Clustering*, consistindo na perspectiva que escolas pequenas e próximas poderiam dividir funcionários, professores e algumas estruturas. Essa perspectiva é muito próxima do que no Brasil conhecemos como fenômeno da nucleação de escolas do campo, o qual vem sendo combatido pelos movimentos que lutam pela Educação do Campo, pois resulta no fechamento de unidades escolares, resultando na precarização das condições de acesso à escola. A outra tendência de estudos foca-se no contexto da China, discutindo as reformas que o governo promoveu em relação às escolas rurais e como o financiamento dessa nova política favoreceu o êxodo rural da população chinesa, causando um esvaziamento populacional e consequentemente o fechamento de escolas rurais.

A partir do olhar dos trabalhos internacionais, o que se aponta nessas realidades é o fechamento de escolas e o esvaziamento do meio rural.

Com base nesses pontos e na análise dos trabalhos, podemos dizer que ainda não há um Coletivo de Pensamento estruturado que se debruce na temática do Financiamento da Educação do Campo. O que temos são estudos oriundos de grupos de pesquisa do Financiamento da Educação sobre temáticas mais específicas desse campo, sendo importantes para apontar novos caminhos numa perspectiva futura de estabelecimento desse novo Coletivo de Pensamento.

Nessa linha de definição de um Coletivo de Pensamento, Melzer (2024) desenvolve o trabalho *Podemos falar em financiamento da Educação do Campo?*, apresentando um panorama histórico da trajetória política da Educação do Campo e discutindo o que podemos entender por Financiamento da Educação do Campo. O que podemos sintetizar das suas ideias é que, para atuar nessa seara, há a necessidade de estar engajado nos movimentos

de luta, militância, principalmente agregando dados ao debate para o aprofundamento do debate e melhor compreensão dos desafios reais que cercam a Educação do Campo.

Um ponto que chama a atenção está presente no artigo produzido por Melzer (2024), desenhando um possível desdobramento para a consolidação de um futuro Coletivo de Pensamento que tem uma forma de ação e produção de conhecimento próprios (Estilo de Pensamento).

Considerações Finais

O estudo realizado sobre o financiamento da Educação do Campo no Brasil, a partir da análise de Teses, Dissertações e Artigos Científicos, evidenciou a relevância de um campo ainda em processo de construção, mas que já desperta a atenção da comunidade acadêmica. A pesquisa demonstrou que, embora a quantidade de estudos sobre o tema ainda seja modesta, as produções existentes possuem grande potencial para contribuir com o fortalecimento de um Coletivo de Pensamento voltado para a qualificação das políticas públicas voltadas à educação ofertada no meio rural.

A análise das redes de conhecimento permitiu observar que o financiamento da Educação do Campo está sendo tratado de forma crescente, embora ainda de maneira fragmentada, o que sugere a necessidade de um maior esforço de articulação entre os pesquisadores da área. Além disso, a técnica mostrou que, apesar do campo ser emergente, ele já apresenta alguns pontos de centralidade, indicando a possibilidade de construção de uma rede mais robusta e colaborativa no futuro.

Contudo, os dados indicam que é urgente ampliar as pesquisas sobre o tema, para que se possa aprofundar a compreensão sobre as especificidades do financiamento da Educação do Campo e suas implicações diretas para a efetivação do direito à educação no Brasil. A partir da expansão dessas pesquisas, será possível avançar nas discussões sobre a adequação das políticas públicas, buscando, sobretudo, garantir a qualidade da educação para os estudantes do campo, considerando as suas realidades socioeconômicas e culturais.

Por fim, este trabalho aponta para a necessidade de um engajamento contínuo e interdisciplinar entre os diferentes atores do campo acadêmico, governamental e social, para que se possa fortalecer as estratégias de financiamento que efetivamente atendam às necessidades da Educação do Campo. O avanço nesse campo de estudos é essencial para o fortalecimento da luta pelo direito à educação de qualidade e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Sendo assim, a partir da questão de pesquisa e dos dados apresentados, podemos compreender que, no cenário nacional, ainda não há um Coletivo de Pensamento que produza um Estilo de Pensamento próprio sobre o Financiamento da Educação do Campo.

Referências

ARAGÃO, J. V. **Indicadores de qualidade para as escolas do campo**: condições de funcionamento da escola municipal de ensino fundamental Raimunda Pontes no rio Joroca no município de Cametá-Pará. 2024. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2024.

BENTES, H. C. **Financiamento da Educação do Campo no Município de Santarém – Pará**. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL. **Parecer CEB/CNE nº 1/2006**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. **Parecer CEB/CNE nº 3/2008**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10940-rceb003-08&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, 2003.

CALDART, R. S. et al. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CAMACHO, R. S. O programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA): uma política pública de educação do campo. **Colloquium Humanarum**, p. 119-127, 2015. ISSN: 1809-8207

CAVALCANTI, C. R.; COUTINHO, A. F.; DINIZ, D. C. **Financiamento da educação básica: implicações do Fundef e do Fundeb para a educação do campo no Maranhão**. JOINPP, [S.l.], 2011.

CHIARELLI, L.; BEZERRA NETO, L. Características das Políticas Públicas de Financiamento na Educação do Campo a partir de 2002. In: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos, 2012.

COUTINHO, A. F. Do direito à educação do campo: a luta continua! **Revista Aurora**, v. 3, n. 1, p. 40-48, 2009.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

GAMA, S. M. F. **Financiamento da Educação no Campo na Amazônia Paraense: uma análise dos investimentos do Ministério da Educação no estado do Pará**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

GORDON, A.; WANG, Q. **Education in Rural Areas of China and South Africa: Comparative Perspectives on Policy and Educational.** Nanjing: UNESCO International Research and Training Centre for Rural Education (INRULED), 2000.

HONEYMAN, D. S. *et al.* **Financing Rural and Small Schools: Issues of Adequacy and Equity.** Charleston: ERIC Clearinghouse on Rural Education, 1989.

LEMIEUX, V.; OUIOMET, M. **Análise estrutural das redes sociais.** 2. ed. Epistemologia e sociedade. Lisboa: Instituto Piaget, 2012

LORD, L. Financiamento do transporte escolar e a questão das zonas rurais no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação**, 2008.

LOWS, R. L. **Financing Rural Education in the North Central Region: A Pilot Study in Illinois.** Washington, DC.: Office of Educational Research and Improvement (ED), 1989.

MATHIS, W. J. **How To Analyze Your State's Education Funding System.** A Workbook from the Rural School and Community Trust Policy Program. Washington, DC.: Rural School and Community Trust, 2001.

MELZER, E. E. M. Podemos falar em financiamento da Educação do Campo?. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, v. 5, n. 2, p. 48-62, 2024. DOI: 10.22481/poliges.v5i2.15536.

MENIN DA SILVA, N. **A busca por uma educação de qualidade no campo em uma escola de um assentamento de reforma agrária: a distância entre o recurso disponível e o necessário.** 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

MOLINA, M. C. Legislação educacional do campo. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G (Org.). **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 453-459.

NACHTIGAL, P.; HAAS, T. **Restructuring Rural Schools.** Finance Collaborative Working Paper #3. Denver: Education Commission of the States, 1988.

NACHTIGAL, P.; PARKER, S. D. **Clustering: Working Together for Better Schools.** Washington, DC.: Office of Educational Research and Improvement (ED), 1990.

NATIONAL EDUCATION ASSOCIATION. **Rural Education - A Forward Look.** Yearbook 1955. Washington, D.C.: Dept. of Rural Education, 1955.

PACÍFICO, J. M. *et al.* Financiamento da Educação Infantil do Campo. **Revista Boca da Universidade IOLES**, 2023.

PEREIRA, J. A. B. **A descentralização das políticas de financiamento da educação brasileira: um estudo sobre a gestão e execução do programa dinheiro direto na escola (PDDE) no contexto da educação do campo em um município paraense.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

PRATES, A. C. **Política e financiamento da educação do campo no governo Dilma Rousseff: balanço do programa nacional de educação do campo – PRONACAMPO.** 2014.

157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PRATES, A. C.; GAMA, C. N.; PARAÍSO, C. S. A Política de Financiamento da Educação do Campo numa Conjuntura de Desmonte das Políticas Sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 20.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (CONICE), 7, 2017. **Anais [...]**. 2017.

RIBEIRO, J. C. O. A. et al. Educação do Campo em Tempos de Privatização e Golpe. **Cenas Educacionais**, v. 1, n. 1, p. 111-128, 2018.

RIBEIRO, M. Desafios postos à educação do campo. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 50, p. 123-139, 2013a.

RIBEIRO, M. Formação de educadores de jovens e adultos do campo: quase tudo por fazer. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 479-504, dez. 2013b.

RIBEIRO, M. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 79-100, 2014.

ROCHA, C. A.; MESQUITA, M. C. G. D. Financiamento da educação no/do campo: contribuições do manifesto dos pioneiros de 1932. **Revista Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, 2020.

SANDEL, K.; BHAT, S. **Financing and Sustaining Out-of-School Time Programs in Rural Communities**. New York: The Finance Project, 2008.

SANTANA, J. F.; MEDEIROS, L. B.; GONÇALVES, M. C. O direito à educação do campo no estado do Piauí no contexto do Fundeb. **Revista FINEDUCA**, v. 3, n. 1, 2020.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Educação do Campo no contexto da ofensiva bolsonarista à educação brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 393-425, 2020.

SANTOS, J. R. **Disputa de projetos no campo brasileiro**: a política de fechamento de escolas no campo piauiense como parte da ofensiva burguesa para o avanço do capital (1996-2022). 2024. 422 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024.

SANTOS, J. R. **Licenciatura em educação do campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**: perspectivas diante da crise. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

SANTOS, R. B. dos; SILVA, M. A. da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

SHER, J. P. **Class Dismissed**: Examining Nebraska's Rural Education Debate. Nebraska: Rural Community Schools Association, 1988.

SILVA, L. de O. O direito à educação do campo na política de financiamento da educação básica: avanços e limites a partir das políticas de fundos redistributivos. **Revista Inter-Ação**, 2021.

SILVA, N.; PINTO, J. M. R. A valorização dos profissionais de uma escola do campo, localizada em um assentamento de reforma agrária. **Revista FINEDUCA**, 2020.

SILVA, M. A.; SANTOS, J. C. Financiamento da Educação do Campo no Brasil: desafios e perspectivas. In: CONEDU, 7., 2017. **Anais [...]**. 2017.

SILVA, M. do S. P.; RODRIGUES, J. dos S.; SILVA, T. F. Financiamento do Pronex: marcos regulatórios e a política de desinstitucionalização no governo Bolsonaro. **Seminários Regionais da ANPAE**, 2022.

SOUZA, M. A. de. O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas. **EccoS-Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 38-56, 2009.

THOMAS, J. A. **Financing Rural Education**. Chicago: University of Chicago. 1974.

THOMPSON, D. C. *et al.* **Achievement of Equity in Capital Outlay Financing: A Policy Analyses for the States**. Charleston: ERIC Clearinghouse on Rural Education, 1989.

USDA. **Revitalizing Rural Education. Community Facilities Programs & Organizations Concerned about Rural Education**. Washington, DC.: Rural Development Service (USDA), 2000.

USDE. **A School at the Center: Study II**. Washington, DC.: U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION (USDE), 1993.

VERSTEGEN, D. **Funding Rural, Small Schools: Strategies at the Statehouse**. Charleston: ERIC Clearinghouse on Rural Education and Small Schools, 1991.

VIEIRA, E. V. dos; SANTOS, A. R. dos. Financiamento público da Educação do Campo no Município de Itabuna-BA, no período de 2020-2023. **Revista POLIGES**, 2024.

WAN, Y. *et al.* **Differences in spending in school districts across geographic locales in Minnesota**. Minnesota: REL, 2012.

WHITE, C.; MERRIFIELD, J. **A Foot in the Door: Rural Communities Involved in Educational Change**. New York: Ford Foundation, 1990.

XU, S.; LAW, W.-W. Rural Education and Urbanization: Experiences and Struggles in China Since the Late 1970s. **Global Education Review**, v. 2, n. 4, 2015.

XUEDONG, D. The Development of Compulsory Education Finance in Rural China. **Chinese Education and Society**, v. 41, n. 1, p. 51-57, January/February 2008.

ZHAO, L. Between local community and central state: Financing basic education in China. **International Journal of Educational Development**, n. 29, p. 366-373, 2009.

Ehrick Eduardo Martins Melzer é doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Foi docente da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza (LECAMPO) da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral (UFPR Litoral). Atualmente é docente Permanente e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Formação Educacional, Científica e Tecnológica (PPGFCET) e docente vinculado ao Departamento Acadêmico de Química e Biologia (DAQBI) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0388-2913>

E-mail: ehrickmelzer@utfpr.edu.br

Jullyane Frazão Santana é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - Campus de Ribeirão Preto; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí; Possui Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí- Campus Ministro Reis Veloso (UFPI).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4537-7085>

E-mail: jullyanefrazao@outlook.com

Recebido em 31 de janeiro de 2025

Aprovado em 31 de março de 2025

Editora responsável: Theresa Adrião

